

BERTHA BECKER: UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DA SUA CONCEPÇÃO DE GEOGRAFIA, ESPAÇO E TERRITÓRIO

BERTHA BECKER: UN CONTRIBUTO ALL'ANALISI DELLA SUA CONCEZIONE DI GEOGRAFIA, SPAZIO E TERRITORIO

Marcos Aurelio Saquet

Professor da Unioeste
Coordenador do Grupo de Estudos Territoriais
Pesquisador do CNPq
saquetmarcos@hotmail.com

Pâmela Cichoski

Licenciada em Geografia, Unioeste
pamelacichoski_@hotmail.com

Resumo

Na pesquisa que realizamos, o objetivo principal foi compreender a concepção de Geografia, espaço e território na obra da professora Bertha Becker, a partir da seleção de algumas de suas principais publicações. Para tal, os procedimentos utilizados foram os seguintes: a) análise da sua trajetória histórica por meio do seu currículo *lattes*; b) seleção das obras que seriam estudadas; c) leitura e análise das obras; d) redação dos fichamentos e sínteses preliminares; e) discussões referentes às interpretações feitas e à metodologia utilizada; f) redação de quadros sínteses; g) redação do texto para publicação. A professora foi escolhida em virtude do seu pioneirismo no Brasil em relação aos estudos territoriais numa abordagem histórico-crítica e relacional-reticular.

Palavras-chave: Geografia. Espaço. Território. Territorialidade.

Riassunto

Nella ricerca che abbiamo fatto, l'obiettivo principale è stato comprendere la concezione di Geografia, spazio e territorio nella produzione intellettuale di Bertha Becker, a partire della scelta di alcune delle sue principali pubblicazioni. La metodologia utilizzata è stata: a) analisi della sua traiettoria storica a partire dal suo curriculum; b) scelta delle pubblicazioni; c) lettura e analisi delle pubblicazioni; d) redazione dei riassunti e sintesi iniziali; e) discussioni sulle interpretazioni e sulla metodologia utilizzata; f) redazione delle tabelle di sintesi; g) redazione del testo per la pubblicazione. La studiosa è stata scelta perchè è pioniera in Brasile nello studiare il territorio con approccio storico-critico e relazionale-reticolare.

Parole-chiave: Geografia. Spazio. Território. Territorialità.

Introdução

Este texto é mais um dos resultados obtidos no âmbito das atividades de pesquisa do Grupo de Estudos Territoriais (Geterr, Unioeste). Nosso objetivo geral é compreender as diferentes abordagens e concepções dos conceitos de território e territorialidade, a partir dos anos 1970-80 até o momento atual, com destaque para autores e obras da geografia brasileira. Nesta oportunidade, socializamos a análise que fizemos de algumas obras da geógrafa Bertha Becker que consideramos basilares. A pesquisadora foi escolhida por seu pioneirismo, no Brasil, na elaboração de uma concepção histórico-crítica de geografia centrada no conceito de território sem desconsiderar outros (conceitos) basilares desta ciência, como espaço e região. Professora e pesquisadora com larga experiência é reconhecida internacionalmente, porém, a nosso ver, sem a devida valorização na geografia brasileira.

A professora Bertha Becker graduou-se em Geografia e História (1949-52) na Universidade do Brasil (atual UFRJ), fez três cursos de especialização, em 1954 e 1975, doutorado em Geografia na UFRJ (1969-70), pós-doutorado em 1986 e livre-docência em 1970. Trabalhou como professora, consultora e pesquisadora em diferentes instituições tais como Ministério da Ciência e Tecnologia, CAPES, FAPERJ, FGV, entre outras, com destaque para a UFRJ. Atualmente, é bolsista de produtividade em pesquisa 1A do Cnpq. (Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/vizualizacv.do?id=k4783591H9>; acesso em 3/5/3012).

Nosso estudo está centrado na pesquisa bibliográfica, no entanto, outras atividades também foram importantes até o momento, tais como a participação em eventos científicos e a realização de colóquios internos ao Geterr para apresentar e debater os resultados parciais conseguidos. É importante salientar que, considerando a grande quantidade de obras publicadas pela professora Bertha Becker, selecionamos as que, a nosso ver, contêm sínteses de suas argumentações e demonstrações, sobretudo sobre a concepção adotada de geografia, espaço e território, nosso objeto de estudos. Não era nossa pretensão, portanto, analisar todas as obras relacionadas em seu currículo *lattes*.

Conforme já mencionamos anteriormente (Saquet, 2011; Chichoski e Saquet, 2011), nossos procedimentos para a pesquisa estão baseados em orientações elaborados por

Dematteis (1970), Quaini (2003 e 2005), Moreira (2007/1992 e 2007), Moraes (2004), entre outros; porém, nesta oportunidade, acrescentamos três referências menos conhecidas, mas também importantes para as pesquisas que realizamos no último ano. São elas: Campos (2011), Souto (2011) e Carneiro (2011), autores com temas e problemáticas de pesquisa similares à nossa.

Campos (2011) destaca o processo histórico de construção da obra de Josué de Castro, centrando-se na leitura e análise de artigos, textos de anais de eventos e livros didáticos. Assim, evidencia questões estudadas por Josué de Castro no decorrer do tempo, tais como a fome, a pobreza e a disseminação de doenças nas periferias dos centros urbanos. Souto (2011) também constrói um caminho histórico para compreender o conceito de paisagem relacionando-o aos de espaço, território e natureza, selecionando aspectos fundamentais de cada período estudado (séculos XIX e XX). Por fim, Carneiro (2011) destaca o conceito de *pays* na geografia francesa do século XIX, porém, considerando aspectos da acumulação de conhecimento desde o século XVII, portanto, também numa perspectiva histórica. Na análise realizada pelo autor, percebemos uma linha progressiva de estudos que dão diferentes significados ao termo abordado.

As atividades realizadas são as seguintes: a) análise da trajetória histórica da professora Bertha Becker por meio do seu currículo *lattes*; b) seleção das obras que seriam estudadas a partir de nosso recorte temático (espaço, território e territorialidade); c) leitura e análise das obras; d) redação dos fichamentos e sínteses preliminares; e) discussões (colóquios no âmbito do Geterr) referentes às interpretações feitas e à metodologia utilizada; f) preenchimento/redação de quadros sínteses que serviram de base para a produção deste artigo.

Dessa forma, ratificando a importância da processualidade histórica para estudos de natureza epistemológica, selecionamos algumas obras da Bertha Becker que julgamos centrais para compreender sua concepção de geografia, espaço, território e territorialidade. Existem outras, evidentemente, todavia definimos o recorte a partir da utilização dos conceitos de espaço e território, ora como categorias fundamentais da análise geográfica, ora como subsidiárias, mas presentes na sua elaboração e argumentação teórico-

metodológica. Assim, dividimos o texto em três partes complementares, cada uma correspondendo a uma ou mais obras selecionadas, tentando, ao final, realizar uma síntese de sua concepção predominante no período e nas obras analisadas.

Estado, espaço e território

Iniciamos com Becker (1983) porque, consoante já mencionamos em Saquet (2007), trata-se de uma obra basilar da autora na elaboração e incorporação do conceito de território numa concepção histórico-crítica na geografia brasileira.

Na leitura e análise do texto mencionado, identificamos a contribuição da obra de Friedrich Ratzel para o avanço na teorização sobre o Estado, numa concepção política considerada clássica. Juntamente à apreensão do Estado, o território emerge como noção fundamental, expressando unidades político-administrativas.

Segundo Bertha Becker, conforme descreve na obra supracitada há duas limitações que impediram o avanço do estudo entre os processos políticos e o espaço: a) a adoção de uma concepção dicotômica na abordagem da relação homem-meio e, b) a centralidade dada ao caráter *apolítico da geografia do Estado*, considerando-o como a única *fonte* de geração do poder. Portanto, as categorias de análise procediam de um único conceito, o de Estado-Nação, substantivando uma concepção *unidimensional* do poder e do território.

Tais aspectos limitaram a contribuição geográfica na análise das relações políticas e espaciais decorrentes das transformações que aconteceram a partir dos anos 1940. Aconteceram, assim, de maneira geral, análises simplificadas da atuação do Estado, tanto em nível interno quanto em nível internacional.

Análises acirradas a partir da década de 1970, quando as contradições entre os interesses nacionais e internacionais desencadearam conflitos sociais, questionando o exercício do poder de maneira centralizada e, muitas vezes, militarizada. Portanto, a relação espaço-poder assume cada vez mais importância nos processos sócio-espaciais.

Relações de poder enunciadas por Becker (1983), estudadas tanto por teóricos *funcionalistas neo-clássicos* quanto por *marxistas*, no entanto, sem crítica e aprofundamento necessários sobre o espaço e o Estado, dificultando a análise e a

compreensão da relação da estrutura político-econômica e suas manifestações na dinâmica espacial.

Conforme Becker (1983), nas duas correntes, analisa-se a relação entre os processos sociais e o espaço. Na *funcionalista neo-clássica*, entende-se o processo como uma relação sistêmica entre as mudanças funcionais e territoriais. Já na *materialista histórica*, destaca-se como as relações dialéticas contribuem para o esclarecimento do papel do espaço nos processos sociais.

Nesse conjunto de análises, a autora evidencia as concepções *unidimensional* e *multidimensional* do poder do Estado. Na concepção unidimensional do poder, dá-se centralidade ao domínio do Estado-Nação. No chamado *Terceiro Mundo*, por exemplo, o Estado viabiliza e regula a entrada de grandes empresas por meio da transferência subsidiada de tecnologia.

Dessa forma, consoante Becker (1983), permanece uma concepção unidimensional e *totalitária do poder do Estado* como aparelho político-governamental, que controla o uso do território nacional; assim, o espaço é entendido como objeto de manipulação e reflexo das relações sociais de produção, isto é, como elemento de inércia sob intervenção e controle do Estado.

Após 1970, segundo a análise da autora, o papel do espaço é reavaliado principalmente com a intensificação da industrialização baseada nas inovações tecnológicas do capital, gerando conflitos entre grupos internacionais, demonstrando que, no âmbito da sociedade e da economia, o Estado e o Governo não são únicos instrumentos de poder.

Desse modo, Bertha Becker indica a recuperação do conceito de território numa concepção multidimensional do poder e abrangendo diferentes níveis espaciais. Entende-se, portanto, que é no espaço que se processa a reprodução social, constituindo-se este das relações de classe, o que significa um avanço teórico considerável.

Becker (1983) centra sua argumentação no conceito de território e em seu *uso* político. Orienta-se pela obra de Raffestin (1980) tanto para fazer a crítica à concepção unidimensional de Friedrich Ratzel como para argumentar em favor da multidimensionalidade do poder:

A geografia do Estado-nação esconde os conflitos existentes em todos os níveis relacionais e constitui um fator de ordem, privilegiando o concebido em relação ao vivido. A análise das relações de poder se impõe para eliminar o determinismo da concepção unidimensional do poderio do Estado e superar a dicotomia concebido/vivido. (BECKER, 1983, p. 7).

Desse modo, o território é compreendido como espaço formado por distintos atores sociais, organizado socialmente para além da atuação do Estado. Ratificando Raffestin (1980), Bertha Becker enfatiza as dimensões sociais da economia e da política na constituição do território, com limites e malhas. A territorialidade, portanto, corresponde à *face vivida* do poder e do território; é evidenciada como um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos. Também para Picinatto, Spier, Lima e Germani (2009), Bertha Becker entende o território formado pelas relações de poder existentes entre diferentes atores sociais. O território é, portanto, regulado pelas relações políticas e determinado pelos processos econômicos.

Assim, voltando-se para o espaço como *locus* de poder, o território, de acordo com a autora, ganha importância, não só para o Estado-Nação, mas também para os diferentes atores sociais, pois o *território é gerado pela prática social e produto consumido, vivido e utilizado* como meio, sustentando a prática societal.

De acordo com Becker (1983), a preocupação com a territorialidade é decorrente tanto da frequência dos movimentos sociais realizados no território, quanto da problemática do desenvolvimento regional em que a região é entendida como base do poder territorial. Dessa forma, constrói-se a ideia de que a região é uma *escala espacial* importante para a organização dos movimentos sociais e das políticas estatais, criando-se *limites territoriais* associados à *descentralização na organização do espaço*.

Em algumas situações, coincidem os interesses das empresas e do governo, fortalecendo o Estado nacional, porém, de maneira geral, há contradições entre as estratégias empresariais e a atuação do Estado em bases territoriais definidas.

Tais contradições fortaleceram-se na década de 1970, conforme Becker (1983), com o desenvolvimento tecnológico da produção e dos transportes que favoreceu as empresas diante da atuação do Estado. Assim, as corporações buscavam melhores condições de produção em diferentes países, principalmente os que ofereciam mão-de-obra barata,

acirrando a *competição pelo espaço* e diversificando o mercado no movimento de reprodução ampliada do capital.

A localização empresarial, nesse processo que despreza certas regiões, provoca uma *crescente divergência entre os custos privados e sociais*, a *subutilização de capital social* e custos elevados nos grandes centros onde há concentração espacial da indústria e de outras atividades urbanas. “É no plano político e social, contudo, que residem as raízes mais fortes da crise, uma vez que se vem reduzindo a eficácia dos sistemas de decisão dos Estados Nacionais” (BECKER, 1983, p. 11).

O Estado é um mediador que favorece a modernização em certas áreas, especialmente por meio de subsídios e de investimentos infraestruturais, facilitando, ao mesmo tempo, a concretização de alianças entre empresas nacionais e internacionais que, por sua vez, controlam a tecnologia utilizada. No conjunto do processo, de acordo com Becker (1983), o Estado ganha um papel fundamental ao se apropriar de uma parte do excedente, tornando-se decisivo para os novos investimentos, principalmente no mercado interno, assumindo um sentido social mais amplo vinculado à modernização.

Porém, a autora evidencia mudanças estruturais ocorridas entre 1950-70 em decorrência do fortalecimento empresarial que, em certas situações, dispensa a interferência estatal. As regiões com problemas perdem o foco e os governos passam a se preocupar não mais com a organização territorial e sim com a inserção do país na economia mundial.

Dessa forma, de acordo com Becker (1983), configura-se uma situação de *capitalismo de Estado* com medidas liberais para as empresas, além do autoritarismo de um governo fragmentado pelo poder das empresas estatais e privadas. Cria-se, na aliança empresa-Estado, uma contradição entre as medidas para resguardar os interesses nacionais e a necessidade de tornar mais liberal a política de intercâmbio comercial e de investimentos, fragilizando a atuação e o papel do Estado.

Resulta assim que, concomitantemente ao rápido crescimento econômico, reduz-se a eficácia dos sistemas de decisão nacionais, e declina a capacidade dos governos nacionais de interpretar as aspirações sociais de seus respectivos países ou de compatibilizá-los com os objetivos econômicos. (BECKER, 1983, p.13).

Isso gera tensões e conflitos, crises e enfraquecimento dos governos, bem como movimentos sociais de resistência ao Estado, na luta constante pela sobrevivência em meio ao fortalecimento dos agentes do capital. O território, portanto, na concepção da Bertha Becker, é construído socialmente, assumindo as características contraditórias de cada sociedade. Há destaque, conforme apresentamos no Quadro n.1, para as intervenções do Estado e das empresas no bojo de expansão do capitalismo em nível internacional. A territorialidade corresponde às relações sociais multidimensionais, ou seja, efetivadas em diferentes situações da vida cotidiana. O espaço é o local de reprodução social, política e econômica, assumindo distintos significados ao longo do tempo, de acordo com as transformações sociais.

Quadro n. 1 – Síntese da concepção de Bertha Becker (1983).

Temas priorizados	Principais referências utilizadas	Território	Territorialidade	Concepção
Aborda a interferência das grandes empresas e a atuação do Estado-nação nas transformações ocorridas no espaço e no território, assim como sua perda de poder na esfera econômica em relação às grandes empresas. Trabalha a expressividade dos movimentos sociais.	Claude Raffestin Henri Lefebvre Milton Santos	Conceito fundamental, expressa as unidades políticas com destaque para o Estado (<i>uso político para regulação</i>). É concretizado de maneira multidimensional, ou seja, pela atuação do Estado, das empresas e dos movimentos sociais.	É entendida como um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos. Representa a <i>face vivida do poder</i> e do território. Corresponde às relações econômicas e políticas (multidimensionais).	Geografia crítica

Fonte: BECKER, 1983.

Sucintamente, conforme Becker (1983), a transformação da sociedade contemporânea estabelece-se da seguinte forma: o poder do Estado-Nação não é mais exclusivo, processo imanente aos conflitos entre os interesses nacionais e internacionais.

Assim, as grandes corporações criam seus próprios espaços econômicos definindo limites territoriais, onde os países constituem-se em regiões de atuação. Já os movimentos sociais, embora se tenham contraposto historicamente à atuação do Estado, precisam de políticas públicas específicas vinculadas às necessidades da população em geral.

Tecnologia, globalização, geopolítica e ecologia

Outra obra selecionada é Becker (1995), capítulo de uma coletânea que, a nosso ver, marcou a geografia brasileira em virtude dos temas e dos conceitos tratados por cada autor e do caráter reflexivo dos textos num período de expansão da discussão e da utilização do conceito de território no Brasil, consoante detalhamos em Saquet (2007).

A análise de Becker (1995) remonta aos interesses da geopolítica em relação à revalorização das relações de poder e do espaço geográfico, num cenário em que se reavalia a geopolítica negando a exclusividade do Estado como unidade política e do território como fonte de poder.

O fim da chamada Guerra Fria, a queda do muro de Berlim e a nova geopolítica mundial, marcaram o período de maior significância da relação espaço-poder, recuperando o poder político e cultural expresso nos conflitos de definição dos territórios.

Tais manifestações, segundo Becker (1995), são transformações rápidas e intensas ocorridas em escala mundial, gerando conflitos ambientais e sociais em escala local. “Por sua vez, as novas tendências de globalização econômica e dos movimentos sociais rompem as fronteiras dos Estados introduzindo diferenciações nos territórios nacionais”. (BECKER, 1995, p. 272). Assim, as *novas territorialidades* são entendidas como estratégias de ação do Estado e das empresas com o intuito de dominar o território.

A questão central, conforme a autora supracitada, pauta-se nos condicionantes das transformações, reconhecendo os elementos fundamentais como a *revolução científico-tecnológica* que influencia diretamente as bases produtivas da economia (reorganização da produção e do trabalho). Na crise ambiental, sinaliza-se para a necessidade de estabelecer novas relações com a natureza, redefinindo estilos de vida e organização dos territórios nacionais.

Numa concepção unidimensional, restringem-se as relações de poder à atuação do Estado-Nação; noutra, denominada determinista, nega-se a responsabilidade do homem no processo de tomada de decisões políticas, definindo-se, em ambos os casos, uma leitura e análise bastante superficial dos processos geopolíticos e de globalização.

As inovações tecnológicas originadas a partir dos anos 1940-50 interferem diretamente na concretização de novas estratégias geopolíticas, econômicas e, portanto, na configuração e atuação do Estado. Para Becker (1995), o Estado tem um caráter processual (historicamente definido) e tem uma contínua vinculação com o espaço, redefinindo constantemente instrumentos de controle social e dispositivos de segurança.

Segundo Becker (1995), destacam-se dois elementos na relação Estado-Espaço: a) o *Estado como relação social*, envolvendo a organização do território nacional, influenciando nas relações sociais, *produzindo* o espaço de uma forma complexa, reguladora e ordenadora; b) a *nova tecnologia espacial*, ou seja, “o espaço produzido e gerido pelo Estado é um espaço racional” (p. 285). É um espaço construído socialmente, um conjunto de conexões, comunicações, redes e circuitos, substantivando dinâmicas políticas com características próprias e metas específicas. Cria-se, assim, de maneira geral, um *espaço global e fragmentado*. Global, porque homogeneiza a integração dos lugares; fragmentado porque é apropriado em partes. O Estado, portanto, redefine-se tentando controlar os fluxos gerando uma *malha* de controle técnico e político (Becker, 1995).

Isso significa que a *revolução científico-tecnológica* organizou uma nova forma de produção e também novas relações sociais e políticas, envolvendo-as no contexto da reestruturação do sistema econômico em nível mundial. Segundo Becker (1995), a tecnologia moderna está centrada na velocidade e nas inovações, deslocando o controle do espaço para o controle do tempo, promovendo mudanças na lógica cultural que resultará na valorização seletiva do território.

Quanto à “*lógica instrumental da acumulação*, criam-se condições de internacionalização da economia num mercado unificado” (Idem, p. 287), superando as fronteiras do Estado, delineando uma *nova divisão territorial do trabalho* e uma *nova geopolítica* onde “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior é a

sensibilidade do capitalismo às variações dos lugares.” (HARVEY, 1989 *apud* BECKER, 1995, p. 288).

Assim, o valor histórico das novas tecnologias é a criação de uma nova estrutura de relações espaciotemporais. E a valorização estratégica e econômica do território refere-se a todas as escalas geográficas do país e do lugar em que, segundo Becker (1995), sob o comando dos agentes econômicos e financeiros, são introduzidas fortes diferenciações nos territórios nacionais, afetando o poder estatal. Quanto ao espaço, há redefinição na relação sociedade-natureza, principalmente em virtude da industrialização.

Acirra-se a lógica de mercado marcada pela globalização, que, por sua vez, cria novos mecanismos para acionar o mercado e, conseqüentemente, a economia.

(...) a logística é a nova racionalidade capaz de explicar a simultaneidade da desordem/ordem da globalização/ fragmentação da complexidade da questão ambiental. Ela está na base do poder; a inovação permanente aciona a economia e a guerra. (BECKER, 1995, p. 290).

Para a autora, a nova racionalidade inerente à tecnologia influencia na velocidade logística que está na base da inteligência militar. A logística é entendida como preparação contínua para a competição em meio a um processo de *produção, transporte e execução*. Assim, a seleção de veículos de movimentação envolve o controle do tempo e a seleção dos lugares.

Porém, em meio aos movimentos ambientalistas, a ecologia apresenta-se como *vetor de movimento* e é em meio à *revolução tecnológica* que se configura a *tecno(eco)lógica* (Becker, 1995). Contexto da *consciência ecológica*, da *utopia ecológica* e da *ideologia ecológica*.

- 1 - A *consciência ecológica* é a “preocupação legítima com a crise ambiental” (Idem, p. 293).
- 2 - A *utopia ecológica* compreende o *fracasso* do progresso capitalista e do socialismo *real*.
- 3 - A *ideologia ecológica* retrata os problemas estatais atribuindo à ecologia um papel na geopolítica mundial (Becker, 1995).

Para a autora, a *pressão ecológica* na geopolítica mundial significa reduzir a velocidade do desenvolvimento, problematizando um *estilo de desenvolvimento sustentável*, cujas bases, contudo, não estão claramente definidas. De maneira geral, o *desenvolvimento sustentável* representa um mecanismo de *regulação do uso do território* e é, portanto, um instrumento político.

Dessa forma, de acordo com Becker (1995, p. 296), “define-se a gestão do território como a prática estratégica, científico-tecnológica do poder que dirige, no espaço e no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade e que expressa, igualmente, a nova racionalidade e a tentativa de controlar a desordem”. Esse processo integra elementos administrativos, logísticos e de governo, podendo constituir iniciativas democráticas com o envolvimento de *todos os atores do desenvolvimento*.

Em meio aos processos de globalização regidos pelos grandes bancos e por corporações transnacionais, afeta-se, conforme (Becker, 1983, 1991 e 1995), a soberania do Estado. Porém, não se pode negar o poder do Estado, principalmente por possibilitar o direito à propriedade, por realizar a gestão da moeda, do mercado de trabalho e por assegurar a distinção necessária entre Estados-Nações.

Trata-se, portanto, de uma mudança da natureza do Estado, uma vez que, este deve ser entendido como um processo.

Dessa mesma forma, a simultaneidade de superestados e um poder multiescalar representado por regiões e/ou Estados que atuam como regiões não expressam o fim do Estado, mas um ajustamento da espacialidade do sistema para sua permanência. (BECKER, 1995, p.298-99).

O Estado, então, não é a única escala de poder, pois possui novas *formas e funções*, criando-se novas relações entre o público e o privado, um *novo modo de regulação* num contexto de globalização e nova geopolítica mundial que interpõe ao Estado o desafio de responder à tensão gerada pelas desigualdades sociais. Os territórios têm valor estratégico em diferentes escalas geográficas, em consonância com seu conteúdo científico, tecnológico e informacional. O espaço é global e fragmentado; é organizado socialmente com conexões e fluxos.

Sucintamente, neste texto de Bertha Becker, notamos novamente o destaque dado à atuação do Estado e às tecnologias, ampliando sua concepção inerente à globalização e à relação sociedade-espaço a partir do reconhecimento e da valorização da problemática ambiental (Quadro n.2), tema que aparecerá em outras obras suas.

Quadro n.2 – Síntese da obra de Becker (1995).

Temas priorizados	Principais referências utilizadas	Território	Territorialidade	Concepção
Trabalha com a questão geopolítica, novas tecnologias, a globalização, o Estado e a ecologia.	David Harvey Bertha Becker Manuel Castells Henri Lefebvre Paul Virilio	Espaço de gestão territorial, envolvendo estratégias científico-tecnológicas do poder, o Estado, as empresas e os movimentos sociais.	- Estratégias de ação do Estado com o intuito de dominar o território. - Estratégias de gestão envolvendo diversos agentes sociais.	Geografia crítica, multidimensional e reticular.

Fonte: BECKER, 1995.

O território é compreendido, assim, como um espaço de gestão efetivada por diferentes agentes e processos sociais, envolvendo, evidentemente, o Estado, as novas tecnologias, as empresas e os movimentos sociais. O Estado não é a única escala de poder, existem novos processos geopolíticos, econômicos e ambientais que revalorizam o território. São processos apreendidos numa perspectiva de geografia histórico-crítica e relacional.

Amazônia, urbanização, redes e território

O interesse da professora Bertha Becker em estudar a Amazônia não é recente como pode parecer. Verificando a relação de suas principais obras publicadas e registradas no seu currículo *lattes*, percebemos atenção especial a esse recorte espacial e ao desenvolvimento

na Amazônia desde a década de 1970, estudos socializados, por exemplo, em Becker (1974, 1980, 1982a e 1982b). Entre tantas obras, selecionamos duas para analisar, ou seja, Becker (1997 e 2005), por serem, a nosso ver, textos didáticos e de síntese de suas argumentações, revelando algumas especificidades de sua concepção.

Em Becker (1997), evidenciam-se a formação social e os conflitos que envolvem a região e, notadamente, a problemática do desenvolvimento. O espaço possui um caráter importante por ser a Amazônia “atraente e ao mesmo tempo inacessível”, com “valor econômico e estratégico” (p. 9); está ligado a projetos de internacionalização que, por sua vez, vieram desencadear ocupação regional com apoio nacional e internacional. Também ganha destaque a ideia de *espaço vazio*, que emerge estrategicamente como “(...) válvula de escape a conflitos sociais em áreas densamente povoadas e de campo aberto para investimentos”. (BECKER, 1997, p. 10).

Outro ponto destacado por Bertha Becker e de nosso interesse é a *nacionalização* do território ligado à incorporação de terras, preservação de fronteiras e riquezas, vinculada à ideologia do Estado (*simbólica e ativa*) que tenta fortalecer o sentimento de pertencimento nacional. O espaço é controlado por uma estratégia de controle *técnico-político*, envolvendo diferentes elementos que configuram a Amazônia: “*Implantação de redes de integração espacial*”, “*Superposição de territórios federais sobre os estaduais*” e “*Subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios*” (BECKER, 1997, p.14 e 19).

A territorialidade entra em discussão com a ação dos atores sociais (públicos e privados), “entendida como estratégia que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do controle sobre uma área específica, a territorialidade estabelece limites à ação do Estado” (BECKER, 1997, p.19). Há, portanto, distintas territorialidades, de instituições públicas, privadas e dos movimentos sociais que acontecem simultaneamente.

A legitimação e fortalecimento do Estado passa, portanto, pelas estratégias adotadas e, de acordo com Becker (1997), ambos os processos estão vinculados à “criação de territórios para sua gestão direta em áreas de conflitos de terra” (p. 25). Há conflitos que ocorrem em escala global, de forma complexa, envolvendo o espaço de vida na região e, assim, as práticas ligadas às disputas pela terra rural. O processo de urbanização também

influencia nos conflitos e nas estratégias adotadas, contribuindo decisivamente para a difusão de valores da vida moderna e para a formação de núcleos dispersos no território. Juntamente com avanços tecnológicos conseguidos nas últimas décadas, são processos que estão na base dos conflitos vinculados ao controle do território. Para tal, a implantação de redes é fundamental, pois marca a fluidez dos *conflitos de territorialidade*.

Na outra obra selecionada (Becker, 2005), notamos o destaque para a ocupação da Amazônia, caracterizada por processos devastadores e pela valorização monetária dos produtos destinados ao mercado externo. Em 1960, o Estado brasileiro desenvolveu políticas de industrialização, ocupação regional e de modernização. Tais projetos acarretaram sérios problemas ambientais e sociais, principalmente os decorrentes da ocupação baseada na extensão das *redes técnicas de articulação do território*, acarretando mudanças estruturais como

(...) a conectividade, através das redes viárias e de telecomunicações; urbanização acelerada ao longo dos eixos terrestres de circulação; diversificação da estrutura social e organização da sociedade civil em um nível jamais verificado antes; resultante da conectividade da mobilidade espacial da população e da urbanização. (BECKER, 2005, p. 402).

Um dos resultados dos projetos geopolíticos e da atuação dos grupos ambientalistas regionais foi o surgimento de uma *nova força tecno-ecológica* que influenciou na dinâmica regional, tratando-se, de acordo com a autora, de uma organização de projetos alternativos, cuja estratégia é a formação de *redes sociopolíticas* expandidas em várias escalas geográficas, contando com o apoio de ONGs, organizações religiosas, partidos políticos e alguns governos.

Políticas públicas, através da criação do Ministério do Meio Ambiente e projetos ambientais, particularmente o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), também fortaleceram o projeto ambientalista, que dominou o cenário regional entre 1985-1996. (BECKER, 2005, p. 402).

No mesmo período, o governo restaurou o planejamento territorial do país com o *Programa Brasil em Ação* e com o *Avanço Brasil*, em 1999, retomando estratégias

ocupacionais para a região Amazônica por meio da circulação viária e fluvial, principalmente com os *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento* (ENIDs).

Nesse cenário, de acordo com Becker (2005), duas considerações merecem destaque: a) deve-se “abandonar o mito da Amazônia como uma região rural exótica, um espaço vazio ou ainda o *habitat* exclusivo de índios e ribeirinhos” (p. 402); b) é necessário considerar a Amazônia destacando-lhe a biodiversidade, considerando as relações externas e a mobilidade intrarregional num processo que esteve centrado, nos anos 1960-80, na implantação de cidades.

As cidades foram a base logística da ocupação regional no projeto governamental das décadas de 1960-80. Uma fronteira urbana antecedeu a fronteira de povoamento atribuindo especificidades à fronteira de povoamento. (BECKER, 2005, p. 403).

As cidades são fundamentais, portanto, na estratégia governamental de ocupação do território. O crescimento urbano regional, conforme Becker (2005), foi considerável nas últimas décadas, porém, ainda há permanência significativa da população rural em alguns estados.

A urbanização da Amazônia foi iniciada de maneira incipiente no período do ciclo da borracha (século XIX), quando a disposição geográfica obedecia ao trajeto da rede fluvial, num padrão disperso, em que os núcleos não formavam necessariamente cidades devido ao isolamento geográfico e à falta de infraestrutura urbana.

Assim, somente a partir de 1960, o processo de urbanização regional inicia-se efetivamente devido à construção da rodovia Belém-Brasília e, a partir da *Política de Integração Nacional*, intensificam-se os fluxos de mercadorias, de trabalhadores, de informação (inovações e comunicações) e os serviços implantados.

Entende-se, portanto, de acordo com Becker (2005), a urbanização como a formação de novas cidades, a alteração no tamanho das já existentes e a inserção da população rural nos valores da vida urbana. Na Amazônia, este processo deu-se por meio da mobilidade do trabalho e da expansão dos meios de comunicação no espaço rural.

Tal mudança estrutural e hierárquica ocorre num duplo movimento de *concentração* e *desconcentração*; o “movimento de concentração corresponde ao padrão histórico primaz

de crescimento das duas grandes capitais regionais” (BECKER, 2005, p. 406). E a desconcentração, por sua vez, refere-se ao “crescimento de núcleos que não constituem capitais estaduais (...)” (Idem, p. 406). Há emergência de cidades médias e a multiplicação dos pequenos núcleos, os quais, em conjunto, “constituem a maioria das cidades regionais, que correspondem a um padrão móvel e instável de urbanização” (BECKER, 2005, p. 407).

Segundo Becker (2005), algumas alterações ocorreram no contexto da configuração das cidades e da distribuição da população a partir de 1970, tais como:

- a) Rompimento da primazia de Belém e Manaus.
- b) Rompimento do *padrão dentrítico* da rede de cidades.
- c) Formação de regiões metropolitanas.
- d) Manaus ultrapassa Belém na questão de influência na porção Ocidental do Vale do Amazonas.
- e) Fortalecimento das cidades de médio e pequeno porte.
- f) Criação de novos municípios, provocando outros desdobramentos territoriais, especialmente a partir dos anos 1990, entre outras mudanças sociais e regionais.

Na Amazônia, sempre com base no texto supracitado da Bertha Becker, a relação cidade-campo dá-se de forma diferenciada e, ao mesmo tempo, é incompleta por não seguir os padrões de origem e vivência urbana, em que o modo de vida continua predominantemente rural apesar do deslocamento populacional em direção às cidades e aos núcleos de povoamento.

Os povoados expressam uma urbanização do território não vinculada à presença material da cidade, mas participam da urbanização porque a população é parte integrante da rede de circulação de mercadorias e de mão-de-obra, assim como da rede de circulação de informação. (BECKER, 2005, p. 408).

Isso denota a existência de um processo específico de urbanização, de acordo com as características históricas e geográficas da Amazônia. Não há como negligenciar a existência da floresta e da população local com formas de vida específicas. Pensar num padrão de qualidade de vida significa, evidentemente, considerar as especificidades da Amazônia, amplamente degradada no processo de expansão da fronteira agrícola, pecuária e de urbanização.

Conforme Becker (2005), a política de colonização, a monetarização econômica e o garimpo são fatores que impulsionaram a urbanização na região, e como resultado, houve o surgimento de novos núcleos urbanos interiorizados, alterando o perfil das atividades econômicas, gerando novos focos de poder local. Porém, atualmente, há outros fatores que influenciam na urbanização: a política de descentralização do Estado, o crescimento vegetativo, a agroindústria, a exploração da madeira e a mineração.

Na Amazônia, há “predominância da economia primária tradicional, extrativista e agrícola, em grandes extensões, concentrando-se o comércio e a indústria nas capitais estaduais e em algumas cidades de áreas dinâmicas” (BECKER, 2005, p. 410) com alto grau de informalidade do trabalho. Dessa forma,

(...) a racionalidade e a função da urbanização da fronteira estendem-se para além de seus limites e são articuladas de modo variado a forças que operam em múltiplos níveis de economia global-regional, nacional e internacional. (BROWDER e GOLFREY, 1997 *apud* BECKER, 2005, p. 412-413).

Um dos resultados desse processo é a fraca autonomia dos municípios amazônicos; outro, é a transferência de receitas intergovernamentais, que são direcionadas para as capitais estaduais.

Revela-se, assim, a fragilidade do quadro financeiro das unidades políticas locais, cuja realidade econômica coloca em pauta o princípio de autonomia que fundamenta a descentralização, configurando uma situação de ‘emancipação dependente’. (FIGUEIREDO, 1998 *apud* BECKER, 2005, p. 413).

O fraco poder de comando na estruturação do espaço é outro ponto de destaque dessa situação, uma vez que a hierarquia dos centros urbanos revela-se quanto à formação, às funções, à localização e ao alcance espacial, “à exceção de Manaus, a ação das metrópoles regionais é reduzida e as cidades têm fraca centralidade, pertencendo a limites de redes e/ou subsistemas externos” (BECKER, 2005, p. 416).

As relações externas justificam a desarticulação urbana regional, caracterizadas pelas interações que extrapolam a região. Entre as relações no nível da produção, destacam-se a exploração mineral, a extração da madeira e a agroindústria, também emanando redes

de circulação e comunicação. As cidades configuram-se como *locus* de acumulação de capital. Assim,

(...) a urbanização é desarticulada da modernização da agricultura. Vale, contudo, registrar que interesses urbanos são também agentes indiretos do desmatamento através de vários tipos de relações de produção, em que os pequenos produtores são apenas a mão-de-obra, 'pontas' da cadeia de desmatamento dominada por grupos urbanos regionais ou exteriores a região. (BECKER, 2005, p. 421-422).

A cidade possui papel crucial na gestão territorial e ambiental; nela estão os sujeitos que efetivam as redes de comunicação e os planos de intervenção para produção agropecuária, extração, mineração etc., processo que exige uma gestão ambiental que preserve o ambiente e valorize as necessidades da população, proporcionando melhorias nas condições de vida e tentando conter a migração dos extrativistas e indígenas para as cidades.

Percebemos, na análise feita pela autora, aspectos que caracterizam claramente uma concepção histórico-crítica, relacional e reticular (Quadro n. 3). Ela destaca a processualidade (histórica) da urbanização na Amazônica, as relações e as redes que são estabelecidas em virtude das atividades produtivas, administrativas e de gestão regional. O território corresponde à Amazônia, mas há ênfase para as relações e para as redes.

Picinatto, Spier, Lima e Germani (2009) também notaram que o conceito de território apresentado, numa perspectiva areal, por Bertha Becker, vai muito além, pois esta destaca os atores sociais e suas relações e redes. Assim, para entender a fronteira amazônica faz-se necessário considerar a inserção do Brasil no sistema capitalista, principalmente quando este atinge uma escala planetária e os estados nacionais ainda conservam as funções de controle e regulação do uso de novos espaços.

Os núcleos urbanos e as cidades são entendidos como *nós* que articulam as relações existentes entre os sujeitos, são *locus* das redes regionais e internacionais, articulando territórios e pessoas. O território, por sua vez, corresponde a uma área, à Amazônia, que contém específicos processos de vida, atividades produtivas agropecuárias, extrativistas, mineração, garimpo, a floresta, a expansão do urbano em pequenos núcleos dispersos e cidades médias, a formação de metrópoles, a intervenção do Estado num processo mais amplo, denominado por Becker (2005), de *insustentabilidade socioambiental*.

Quadro n.3 – Síntese da obra de Becker (2005).

Temas priorizados	Principais referências utilizadas	Território	Territorialidade	Concepção
Urbanização da Amazônia e formação dos núcleos urbanos dispersos. Informalidade trabalhista. As redes de circulação e comunicação. Insustentabilidade <i>socioambiental</i> .	Browder e Golfrey A. H. Figueiredo Paul Singer	Corresponde a uma área formada pelas atividades produtivas, pelas cidades, por núcleos dispersos, pela floresta, por redes internas e externas.	Não faz alusão à territorialidade.	Histórico-crítica e relacional-reticular.

Fonte: BECKER, 2005.

Tema tratado em outros textos da autora, como em Becker (2007), evidenciando a diversidade amazônica, a evolução tecnológica e a percepção da escala que envolve os territórios, a autora ressalta as transformações que ocorreram na Amazônia, chamando a atenção para o processo de ocupação, principalmente na década de 1970 e início dos anos 1980, que acarretou mudanças estruturais de grande expressividade para a região.

Entre as mudanças estruturais, a que mais se destacou, segundo Becker (2007), foi a *conectividade*: a Amazônia, até a década de 1960, era mais voltada para o exterior, estabelecendo relações mínimas com o território nacional. Essa conectividade foi promovida através da abertura de estradas, porém, a de maior expressividade é a rede de telecomunicações que ligou a região amazônica ao território nacional e também com o exterior, organizando e permitindo parcerias em escala local, regional, nacional e internacional. Outra mudança estrutural de grande importância está ligada ao extrativismo, provocando impactos negativos no ambiente juntamente com as atividades agrícolas e pecuárias. Outra, por fim, destacada pela

Bertha Becker, é o processo de povoamento e urbanização da região amazônica, contribuindo significativamente para o desmatamento florestal.

Becker (2007) também chama a atenção para as mudanças que ocorreram na organização da sociedade amazônica, ligadas às telecomunicações, à mobilidade do trabalho e à urbanização, fatores que despertam na população um enorme aprendizado social e político por meio da organização civil de grupos sociais, projetos alternativos e movimentos socioambientais.

Consoante menciona a autora, com a valorização do *capital natural* e com os avanços tecnológicos, a Amazônia tornou-se uma *fonte de poder econômico a ser explorada*, sem negar as atividades já existentes na região, tais como o extrativismo, a exploração da madeira e a expansão da agropecuária. Nas palavras da autora, “a Amazônia é, dessa forma, valorizada estrategicamente como símbolo de vida e capital natural” (BECKER, 2007, p. 26), num processo de mercantilização da natureza. Mesmo assim, a Amazônia não deve aparecer dissociada da população e das relações existentes ali, pois são os sujeitos que compõem a dinâmica regional.

Por isso, conforme a autora, a sociedade civil organizada tem um papel central para impedir a expansão mercantil. Sociedade construída historicamente, “(...) é um valor da sociedade brasileira não somente por causa da geopolítica, mas porque nos próprios movimentos sociais perpassa a questão da territorialidade”. (BECKER, 2007, p. 29).

A questão territorial amazônica é, portanto, uma questão nacional, fato que exige investimentos de diferentes naturezas e, por exemplo, a definição de uma política ambiental como a do Ministério do Meio Ambiente, demarcando territórios indígenas e unidades de conservação. Tanto esses processos como a implantação de uma infraestrutura para facilitar o povoamento geram conflitos continuados, afetando diretamente a dinâmica territorial regional.

Em nível regional e local, a Amazônia é percebida como um espaço de projeção para o futuro, de novas oportunidades, de alternativas, de possibilidades de ascensão na qualidade de vida por diferentes grupos sociais, cada qual com seus projetos que registram as diferentes demandas locais, certamente influenciadas por ações nacionais e globais (BECKER, 2007, p. 32).

São todos elementos que caracterizam a dinâmica territorial amazônica, substantivando o que a autora denomina de *nova geografia da Amazônia*, questionando os eixos de desenvolvimento e integração, a compatibilidade de interesses globais, nacionais, regionais e locais, assim como a política mencionada anteriormente. Conhecer o território é fundamental, pois possibilita a criação de diferentes prioridades políticas, criando-se uma distinção em relação às diferencialidades internas da Amazônia. Em virtude da sua importância global, cada parcela do território precisa ser estudada e administrada por meio de políticas apropriadas para preservar o ambiente e as populações locais sem desconsiderar os processos *transnacionais*. Becker (2007) alerta, porém, que, ao mesmo tempo em que as cooperações internacionais proporcionam avanços, elas necessitam ser vigiadas e coordenadas por regras nacionais, por uma política de interesse nacional e regional. A gestão do território, portanto, como espaço de soberania, é central na argumentação da autora (Quadro n.4).

Quadro n.4 – Síntese da obra de Becker (2007).

Temas priorizados	Principais referências utilizadas	Território	Territorialidade	Concepção
Diferencialidades internas e desenvolvimento da Amazônia. Políticas ambientais e cooperações internacionais. Eixos de integração e desenvolvimento.	Karl Polanyi	Área ou espaço de ocupação econômica, povoamento e degradação. Área de gestão do Estado. Amazônia, com sua diversidade e especificidade interna, mas articulada em redes em distintas escalas, sobretudo internacionais, por meio da evolução tecnológica.	Definida historicamente como um valor da sociedade brasileira. Influenciado pela atuação do Estado.	Geografia histórico-crítica e relacional-reticular.

Fonte: BECKER, 2007.

Território com uma dinâmica específica em virtude das características naturais e sociais da Amazônia, dos movimentos ambientalistas, das atividades extrativas, das agropecuárias, da urbanização, da mobilidade da força de trabalho e dos interesses das cooperações internacionais (*conectividade* dada pelas redes de telecomunicações em diferentes níveis escalares), substantivando uma abordagem areal e reticular, aspecto também observado por Picinatto, Spier, Lima e Germani (2009), notando que a fluidez das informações, mercadorias, pessoas e ideias se dão no território em rede, onde as relações tornam-se complexas pelo crescimento da interdependência dos lugares.

O território corresponde à área ou ao espaço amazônico, com toda sua diversidade, singularidade e importância para sociedade e para o planeta. Território valorizado geopolítica e economicamente como *símbolo de vida e capital natural*, num movimento mais amplo de mercantilização e globalização, como afirma Becker (2007), que precisa ser gerido planejando-se sua preservação para as gerações presentes e futuras.

Considerações finais

Analisando as obras de Becker (1983, 1991, 1995, 1997, 2005 e 2007), percebemos a construção de um *caminho* histórico de reflexão, elaboração e afirmação de uma concepção histórico-crítica, relacional e reticular de geografia, que abarca o entendimento das relações espaciais, territoriais, regionais, sociais e naturais, destacando a influência das empresas privadas e da atuação do Estado-Nação, especialmente na configuração da Amazônia.

O território tem um caráter multidimensional vinculado a tais ações enquanto a territorialidade representa as relações econômicas e políticas (principalmente do Estado) dessa multidimensionalidade. Outros temas e processos evidenciados pela autora são a questão geopolítica da Amazônia, os movimentos ambientalistas, a urbanização, os eixos de integração, as cooperações internacionais e as redes tecnológicas (telecomunicações).

Notamos, em sua abordagem e concepção, a permanência da crítica em relação à degradação da Amazônia e aos interesses internacionais, compreendendo as relações sociais num movimento dialético, focando o entendimento do território mais na questão de

gestão territorial. Há uma dinâmica regional caracterizada por processos específicos e pelas redes, em especial as de circulação e comunicação, no bojo da globalização da economia.

O território constitui-se num espaço-área apropriado e gerido socialmente enquanto a territorialidade é permeada por diversos aspectos e valores da sociedade. O espaço significa, de maneira geral, um local de reprodução social, fragmentado e globalizado, articulado por fluxos e redes. O território está mais vinculado com os processos de dominação, resistência e gestão por meio das territorialidades, historicamente definidas, no contexto da formação social brasileira inserida no movimento mais amplo e geral de globalização da economia e de processos geopolíticos. No espaço, há múltiplos sujeitos sociais que agem transformando-o continuamente, em virtude de fatores internos e externos, neste caso, à Amazônia. As relações ocorrem por meio das redes de circulação e dos fluxos de comunicação/informação que, muitas vezes, estão atrelados aos interesses de grandes empresas e do Estado.

Por isso, a concepção de geografia, espaço e território da professora Bertha Becker, construída a partir dos anos 1970-80, tem um caráter político muito bem definido a favor dos movimentos ambientalistas, do povo amazônico e da preservação da biodiversidade, conteúdo revelado em seus estudos que precisam ser utilizados diretamente como referências basilares para a definição de políticas públicas específicas para a Amazônia. É uma importante e coerente leitura e contribuição da geografia com a problemática do desenvolvimento em favor da justiça social e da preservação ambiental.

Referências

BECKER, Bertha. A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 1974, p. 3-33.

BECKER, Bertha. Agriculture and development in Brazil: the expansion of the agricultural frontier, *Regional Dialogue*, vol. 1, n.2, Nagoya, United Nations Centre for Regional Development, 1980. p. 160-184.

BECKER, Bertha. Regional development alternatives: reflexions on the significance of the local scale, *Seminar on Regional Development Alternatives*, Belo Horizonte, IGU, 1982a.

BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982b.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Orgs.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 1-21.

BECKER, Bertha. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI, *Revista Brasileira de Geografia*, ano 53, n.3, Rio de Janeiro, 1991.

BECKER, Bertha. A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná; COSTA GOMES, Paulo; CORREA, Roberto. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997.

BECKER, Bertha. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C; LEMOS, M. B. (Orgs.). *Economia e Território*. Minas Gerais: UFMG, 2005. p. 401-428.

BECKER, Bertha. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M.; BECKER, B. (Org.). *Território, territórios - ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-40.

CAMPOS, R. R. A presença na Geografia de Josué de Castro. *Anais do XIII EGAL*. Costa Rica. Ejes Epistemológico, 2011.

CARNEIRO, J. P. A. O conceito de *pays* e sua discussão na Geografia Francesa do século XIX. *Anais do XIII EGAL*. Costa Rica. Ejes epistemológico, 2011.

CICHOSKI, Pâmela e SAQUET, Marcos. Concepções de Geografia, espaço e território nos Anais do IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, *Sociedade e Território (on line)*, v.23, 2011, p. 146-158.

DEMATTEIS, Giuseppe. “Rivoluzione quantitativa” e nuova geografia. *Lab. di Geografia Economica*, n. 5, Università degli Studi di Torino, Torino, 1970.

MORAES, Antonio C. Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Ruy. A renovação da geografia brasileira no período 1978-1988. In: MOREIRA, R. *Pensar e ser em geografia*. SP: Contexto, 2007 (1992). p. 23-39.

PICINATTO, A.; SPIER, G; LIMA, I.; GERMANI, R. Território na abordagem geográfica de Bertha Becker. In: SAQUET, M.; SOUZA, E. (Orgs.). *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 67-77.

QUAINI, Massimo. Costruire 'geostorie' – un programma di ricerca per i giovani geografi, *Geostorie*, anno 11, n.1, 2003, Roma, p. 3-15.

QUAINI, Massimo. Paesaggio, ambiente e geografia. Una vita per una geografia attiva. *Giornata di studi in memoria di Giuseppe Barbieri*, Firenze, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Litec, 1980.

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOUTO, P. Paisajes en la Geografía contemporánea: concepciones y potencialidades. *Anais do XIII EGAL*. Costa Rica. Ejes Epistemológico, 2011.

Recebido em 28/06/2012 Aceito para publicação em 05/02/2013.
